



STEMAC S/A GRUPOS GERADORES

Em Recuperação Judicial - CNPJ 92.753.268/0001-12 - NIRE 43 3 0000477 5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2023

Os Administradores da Companhia apresentam as Demonstrações Econômico-Financeiras da STEMAC S/A GRUPOS GERADORES, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Porto Alegre (RS), 05 de Abril de 2023. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	
Nota	2022	2021	
CIRCULANTE	137.287	180.582	
Caixa e Equivalentes de Caixa	07 5.382	10.327	
Títulos de Capitalização	08 92	92	
Clientes	08 56.661	61.443	
Estoque	09 19.481	19.140	
Adiantamentos a Fornecedores	10 19.293	19.703	
Impostos a Recuperar	10 31.743	64.679	
Despesas Antecipadas	10 3.371	3.739	
Outros Créditos	11 1.264	1.459	
NÃO CIRCULANTE	236.317	447.038	
Clientes	08 89.663	116.302	
Impostos a Recuperar	10 63.633	68.058	
Impostos Diferidos	18 18.629	33.894	
Depósitos Judiciais	19 7.399	5.202	
INVESTIMENTOS	11 20.250	196.502	
IMOBILIZADO	12 105.820	113.433	
INTANGÍVEL	13 20.584	20.801	
TOTAL DO ATIVO	373.604	627.620	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24 261.067	200.318
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(170.989)	(151.440)
LUCRO BRUTO	90.078	48.878
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(165.796)	(118.804)
Despesas com Vendas	(27.060)	(35.441)
Despesas Gerais e Administrativas	(80.825)	(60.602)
Despesas Tributárias	(13.043)	(7.418)
Outras Receitas e Despesas	26 (44.868)	(15.343)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(75.718)	(69.926)
Receitas Financeiras	25 58.640	1.780
Despesas Financeiras	25 (67.313)	(55.909)
Resultado Líquido do Exercício	(83.658)	(92.983)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 92.753.268/0001-12, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 433.0000.477-5. Está sediada na cidade de Porto Alegre (RS), Av. Sertório, nº 905, Bairro Navegantes, CEP 91.020-001. A STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL está presente no mercado há mais de 71 anos, com abrangência nacional, mantendo operações distribuídas em 28 estados do país e tem como objeto principal a fabricação, comercialização e manutenção de grupos geradores de energia. O principal processo consiste na montagem dos equipamentos. Nesta etapa, destacam-se a exigência de qualidade do produto e a validação de projetos personalizados especialmente para atender as necessidades dos clientes. Em um ambiente de alta competitividade, nos diferenciamos pelo acompanhamento integral: projeto, fabricação, instalação, serviços e peças. **Recuperação Judicial:** Em 17 de abril de 2018, a STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Stemac, pedido de Recuperação Judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05. A despeito de esforços da administração junto a credores, clientes, potenciais investidores e adoção de boas medidas de gestão, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da crise econômica financeira da Companhia em decorrência da situação econômica financeira enfrentada pelo Brasil. A medida visou proteger o valor dos ativos da Companhia e reestruturar seus negócios, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial como fonte de geração de empregos, tributos e riquezas, e reestabelecer a forma de pagamento de seus credores, sempre com vistas a atender aos seus melhores interesses. Em 10 de Maio de 2018, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e demais empresas. Em 22 de outubro de 2019, a Assembleia Geral dos credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial da STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e demais empresas, sendo homologado perante o Juízo da 3ª Vara Cível de Itumbiara em 19 de dezembro de 2019. A aprovação e homologação do Plano de Recuperação da Companhia possibilitou uma reestruturação abrangente dos passivos e consequentemente da estrutura de capital, além de possibilitar continuidade operacional, conforme divulgado na nota explicativa nº 02. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2023.

NOTA 02 - MEDIDAS GERAIS DE RECUPERAÇÃO DO GRUPO STEMAC

2.1. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO: Este Plano tem como objetivo permitir ao Grupo Stemac a recomposição do fluxo de caixa necessário para a continuidade das suas atividades, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, bem como, atender aos interesses dos credores. Para tanto, o plano prevê os seguintes meios de recuperação, na forma do artigo 50 da Lei de Recuperação de Empresas: **2.1.1. Concessão de Prazos e Condições Especiais para o Pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano.** O Grupo Stemac reestruturará os Créditos Sujeitos ao Plano nos termos previstos no item, **2.1.2.1. Captação de Novos Recursos.** O Grupo Stemac poderá proceder à obtenção de novos recursos para o pagamento dos Credores Sujeitos ao Plano e para o financiamento de suas atividades operacionais, na forma prevista neste Plano. **2.1.3. Reorganização Imobiliária.** O Grupo Stemac poderá proceder à realocação total ou parcial de sua sede administrativa ou eventuais atividades operacionais exercidas em Porto Alegre/RS, a fim de obter maior eficiência operacional e melhor aproveitamento econômico dos imóveis. **2.1.4. Redações Operacionais.** O Grupo Stemac vem enviando esforços para captação de recursos financeiros suficientes para fomento da produção, equilibrando cash flow. Vale ressaltar que a reestruturação envolve também (i) o aumento da produtividade e otimização da industrialização na Unidade Fabril de Itumbiara e (ii) a reestruturação comercial, com a implementação de novas equipes e representantes, ampliando a cobertura de mercado, mesmo reduzindo despesas fixas comerciais, sendo certo que, implementadas as medidas de reestruturação, o Grupo Stemac recuperará e solidificará sua posição de liderança no mercado. **2.2. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS SUJEITOS AO PLANO: 2.2.1. CLASSE I - Créditos Trabalhistas Incontroversos: 2.2.1.1. Pagamento Inicial:** Os Créditos Trabalhistas Incontroversos que derivarem de salários atrasados vencidos e não pagos nos três meses anteriores à Data do Pedido serão integralmente pagos, até o limite de 5 salários-mínimos, em uma única parcela, no 30º dia útil do mês subsequente à homologação judicial do plano ou à data em que se tornarem Créditos Trabalhistas Incontroversos, o que ocorrer por último, nos termos do art. 54, parágrafo único, da Lei de Recuperação de Empresas. **2.2.1.2. Fluxo de pagamentos.** Abatidos os valores pagos referentes ao pagamento Inicial, o saldo dos Créditos Trabalhistas será pago aos respectivos Credores Trabalhistas no prazo de até 1 (um) ano a contar da Homologação Judicial do Plano, ou, no caso de Créditos Trabalhistas Controvertidos, a contar da sua devida inclusão na Lista de Credores, nos termos do art. 54, caput, da Lei de Recuperação de Empresas. **2.2.1.3. Juros e correção.** Os Créditos Trabalhistas Incontroversos serão corrigidos monetariamente e sofrerão a incidência de encargos calculados segundo o IPCA-E, contados a partir da Homologação Judicial

do Plano. **2.2.2. Créditos com Garantia Real.** Os Credores com Garantia Real poderão, a seu exclusivo critério, eleger a forma de pagamento de seu Crédito com Garantia Real, de acordo com uma das opções descritas abaixo: **2.2.2.1. Opção A.** O pagamento dos Credores com Garantia Real que validamente elegerem a Opção A observará o disposto: **(a) Deságio.** Sobre o Crédito com Garantia Real será aplicado 68% (sessenta e oito por cento) de deságio; **(b) Carência.** Descontado o percentual mencionado no item (a), acima, sobre o saldo do Crédito com Garantia Real será aplicada carência de 3 (três) anos para início do pagamento das parcelas do principal e dos juros, contados da Homologação Judicial do Plano; **(c) Prazo.** Após o prazo de carência previsto na alínea (b), acima, o saldo do Crédito com Garantia Real será pago no prazo de 9 (nove) anos, após ao encerramento do período de carência; **(d) Correção e Juros.** O Crédito com Garantia Real será corrigido monetariamente e sofrerá a incidência de encargos calculados à taxa de TR (Taxa Referencial) acrescido de juros de 2% ao ano, capitalizados anualmente durante todo o cronograma (carência e amortização). **2.2.2.2. Opção B.** Os Credores com Garantia Real incidentes sobre os Imóveis Não Operacionais que validamente elegerem a Opção B terão seus Créditos com Garantia Real amortizados mediante o recebimento dos Imóveis Não Operacionais hipotecados em seu favor, em dação em pagamento, em contrapartida à correspondente amortização parcial ou quitação do respectivo Crédito com Garantia Real, até o limite de seus Créditos com Garantia Real. **2.2.2.2.1.** Quando aplicável a amortização parcial, nos termos da Opção B, acima, o eventual saldo credor remanescente será pago de acordo com a Opção A prevista no item 2.2.2.1. **2.2.3. Créditos Quirografários e Créditos ME e EPP: 2.2.3.1. Créditos de pequeno valor.** Os Credores Quirografários ou Credores ME e EPP que detenhem Créditos Quirografários ou Créditos de ME e EPP cuja soma total não ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com base no valor listado na Lista de Credores, serão pagos da seguinte forma: **(a) Pagamento.** O valor total dos Créditos Quirografários ou Créditos de ME e EPP será pago, à vista, por meio de parcela única, dentro de 60 (sessenta) dias contados da Homologação Judicial do Plano; **(b) Correção monetária e juros.** O valor dos Créditos Quirografários e Créditos de ME e EPP será corrigido a partir da data da homologação judicial do plano à taxa TR e sofrerá a incidência de juros à taxa de 2% (dois por cento) ao ano. Os juros e a correção monetária serão pagos conjuntamente com o valor principal; **(c) Possibilidade de redução voluntária de créditos.** Quaisquer Credores Quirografários ou Credores ME e EPP que possuam Créditos em valor total superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) podem optar pela redução de seus créditos ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O exercício da opção prevista nesta cláusula importará o perdão e quitação pelo credor de qualquer saldo de Créditos Quirografários ou de ME e EPP que ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O prazo para opção da redução voluntária poderá ser exercido em até 30 dias contados da homologação judicial do plano. **2.2.3.2. Créditos Quirografários.** O pagamento dos Créditos Quirografários cuja soma total ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e cujo Credor não se configure como Credor Fornecedor Incentivador ou Credor Financeiro Incentivador, sem que tal Credor Quirografário não tenha optado por exercer a Opção de Redução Voluntária de Créditos, observará: **a) Deságio.** Sobre o Crédito Quirografário será aplicado 65% (sessenta e cinco por cento) de deságio; **b) Carência.** Descontado o percentual mencionado no item (a) acima, sobre o saldo do Crédito Quirografário será aplicada carência de 3 (três) anos para início do pagamento das parcelas do principal e de juros, contados da Homologação Judicial do Plano; **c) Prazo.** Após o prazo de carência previsto na alínea (b) acima, o saldo do Crédito com Quirografário será pago no prazo de 10 (dez) anos, após ao encerramento do período de carência; **d) Correção e juros.** O Crédito Quirografário será corrigido monetariamente pela TR (Taxa Referencial) e sofrerá a incidência de juros de 2% ao ano capitalizados anualmente durante todo o cronograma (carência e amortização). **2.2.3.3. Créditos ME e EPP.** O pagamento dos Créditos ME e EPP cuja soma total ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sem que tal Credor ME e EPP não tenha optado por exercer a Opção de Redução Voluntária de Créditos, observará: **a) Carência.** Será aplicada carência de 1 (hum) ano para início do pagamento das parcelas do principal e de juros, contados da Homologação Judicial do Plano; **b) Prazo e amortização.** Após o prazo de carência previsto na alínea (a) acima, o Crédito ME e EPP, principal e juros, será pago no prazo de 4 (quatro) anos, em parcelas mensais, iguais e sucessivas; **c) Correção e Juros.** Durante o período de carência, o Crédito ME e EPP será corrigido monetariamente e sofrerá a incidência de encargos calculados à taxa de TR acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao ano. **2.2.3.4. Credores fornecedores incentivadores.** Os Créditos com Garantia Real e Créditos Quirografários detidos por Credores Fomecedores Incentivadores, conforme definidos no Plano de Recuperação Judicial, serão pagos conforme dispostos abaixo: **(a) Pagamento do crédito.** Os Créditos com Garantia Real e Créditos Quirografários detidos por Credores Fomecedores Incentivadores não sofrerão qualquer tipo de deságio; **(b) Carência.** Será aplicada carência de 4 (quatro) anos para início do pagamento das parcelas do principal, contados da Homologação Judicial do Plano; **(c) Prazo e amortização.** Os juros serão pagos mensalmente, vencendo-se a primeira parcela em 90 (noventa) dias contados da Homologação Judicial do Plano. Após o prazo de carência previstos no item (b) acima, o Crédito detido pelo Credor Fornecedor Incentivador, principal e juros, será pago no prazo de 05 (cinco) anos, em parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no 1º Dia útil do primeiro mês subsequente ao encerramento do período de carência; **(d) Correção e Juros.** Mesmo durante

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	190.000	9.546	6.715	(415.632)	(209.371)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(92.983)	(92.983)
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(6.951)	-	6.951	-
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(6.715)	6.715	-
Resultado Abrangente Total	-	-	-	(79.317)	(92.983)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	190.000	2.595	-	(494.949)	(302.354)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(83.658)	(83.658)
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(2.595)	-	2.595	-
Resultado Abrangente Total	-	-	-	(81.063)	(83.658)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	190.000	-	-	(576.012)	(386.012)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras*.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Ativ. Operacionais	2022	2021
Prejuízo do Exercício	(83.658)	(92.983)
Ajustado por:		
(+) Depreciação e Amortização	7.854	11.549
(+) Juros Provisionados s/Oper. Financeiras	35.836	33.889
(+) Provisões Tributos Diferidos	(733)	(17.430)
(+) Agio/Deságio Plano Recup. Judicial - RJ	(46.092)	2.191
(+) Provisões Contingências	4.694	1.306
(+) Ganho de AVJ - Ativos Não Circulantes	-	-
Mantidos para Venda	(1.012)	-
(+) Ganhos/Perdas nas Alienações do Ativo Imobilizado	(433)	28.424
(+) Ganhos/Perdas nas Alienações do Ativo Investimentos	72.111	-
Resultado do Exercício Ajustado	(11.433)	(33.054)
ACRESCIMENTO/DECRESCIMO DO ATIVO	49.724	20.720
Clientes	13.928	1.254
Estoques	(341)	940
Impostos a Recuperar	37.361	21.570
Adiantamento a Fornecedores	410	(5.036)
Outras Contas a Receber	(1.634)	1.992
ACRESCIMENTO/DECRESCIMO DO PASSIVO	(24.229)	1.422
Emprestados	(4.780)	2.402
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.054	(40.248)
Obrigações Tributárias	(21.016)	32.615
Antecipações de Clientes	(1.307)	3.299
Receitas a Realizar	(1.147)	3.626
Outras Contas a Pagar	(33)	(272)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	14.062	(10.912)
FLUXO DE CAIXA ATIV. DE INVESTIMENTO	(3.758)	16.104
Recob.(Pagto) de Emprést. a Pessoas Ligadas	586	28.342
Alienações do Ativo Imobilizado	(177)	(314)
Aquisições de Ativo Imobilizado	105.153	-
Alienações de Investimento	101.804	44.132
Caixa Líquido das Ativ. de Investimento	101.804	44.132
FLUXO DE CAIXA ATIV. DE FINANCIAMENTO	(120.811)	(35.416)
Captação (Pagto) Emprést. e Financiamentos	(120.811)	(35.416)
Caixa Líquido das Ativ. de Financiamento	(120.811)	(35.416)
Aumento (Dimin.) de Caixa e Equiv. de Caixa	(4.945)	(2.196)
Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Exercício	10.327	12.523
Caixa e Equiv. de Caixa no Final do Exercício	5.382	10.327

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
DESCRÇÃO	2022	2021
1 - RECEITAS	267.570	235.733
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	302.367	248.721
1.2) Outras receitas	(44.868)	(15.343)
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa / Constituição	10.071	2.355
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(202.992)	(168.786)
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(110.376)	(95.594)
2.2) Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(92.616)	(73.192)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	64.578	66.947
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORT. E EXAUSTÃO	(7.854)	(11.549)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	56.724	55.398
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	58.640	1.780
6.1) Receitas Financeiras	58.640	1.780
7 - VALOR ADIC. TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	115.364	57.178
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	115.364	57.178
8.1) Pessoal	63.641	56.066
8.1.1) Remuneração direta	50.762	44.375
8.1.2) Benefícios	7.653	6.779
8.1.3) FGTS	5.226	4.912
8.2) Impostos, taxas e contribuições	67.173	37.706
8.2.1) Federais	26.852	7.408
8.2.2) Estaduais	37.807	27.526
8.2.3) Municipais	2.514	2.772
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	68.208	56.389
8.3.1) Juros	67.313	55.909
8.3.2) Aluguéis	895	480
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(83.658)	(92.983)
8.4.1) Prejuízos retidos	(83.658)	(92.983)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24 261.067	200.318
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(170.989)	(151.440)
LUCRO BRUTO	90.078	48.878
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(165.796)	(118.804)
Despesas com Vendas	(27.060)	(35.441)
Despesas Gerais e Administrativas	(80.825)	(60.602)
Despesas Tributárias	(13.043)	(7.418)
Outras Receitas e Despesas	26 (44.868)	(15.343)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(75.718)	(69.926)
Receitas Financeiras	25 58.640	1.780
Despesas Financeiras	25 (67.313)	(55.909)
Resultado Líquido do Exercício	(83.658)	(92.983)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Prejuízo Líquido do Exercício	(83.658)	(92.983)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(83.658)	(92.983)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS ENCERR

STEMAC S/A GRUPOS GERADORES		NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
5.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. 5.7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para <i>impairment</i> (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para <i>impairment</i> se necessária. 5.8. ESTOQUES: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. 5.9. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO: Uma propriedade para investimento é reconhecida como ativo quando: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros associados à propriedade para investimento fluirão para a entidade; e (b) o custo da propriedade para investimento possa ser mensurado confiavelmente. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado. 5.10. IMOBILIZADO: A Companhia realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiência anterior com ativos semelhantes. O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2009 foi considerado o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição às normas internacionais de contabilidade (IFRS - <i>International Financial Reporting Standards</i>). A variação entre o valor justo apurado em 31 de dezembro de 2009 e o custo de aquisição registrado no imobilizado em 1º de janeiro de 2009 foi reconhecida no Patrimônio Líquido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado. 5.11. INTANGÍVEL: a) Software e Implantação de Sistemas e Processos: Os custos associados à manutenção de softwares e implantação de sistemas e processos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de aquisição e desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • A administração pretende concluir o software e usá-lo; • O software pode ser usado; • O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e, • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como partes do produto de software incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. b) Licenças: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. c) Desenvolvimento de Protótipos: São ativos intangíveis gerados internamente, gastos incorridos na fase de desenvolvimento para novos projetos e processos de produção de produtos, custos de testes para garantir que o ativo está funcionando de maneira apropriada, cumprindo com os critérios de viabilidade técnica e de geração de benefícios futuros. 5.12. IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do <i>impairment</i> , os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido <i>impairment</i> , são revisados para a análise de uma possível reversão do <i>impairment</i> na data de apresentação das demonstrações financeiras. 5.13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando aplicável. 5.14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. 5.15. PROVIÇÕES: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (<i>constructive obligation</i>) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando-se taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 5.16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los. 5.17. APURAÇÃO DO RESULTADO: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. 5.18. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS DE VENDAS: A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando: (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e, (III) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. 5.19. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS: A subvenção governamental é reconhecida quando existe razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas relacionadas à subvenção e de que ela será recebida. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. A Companhia reconhece as subvenções governamentais como receita nos períodos apropriados uma vez que a mesma é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade quando cumpre as regras das subvenções e determinadas obrigações. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado. 5.20. DIVIDENDOS: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. 5.21. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são: a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; c) <i>Impairment</i> dos ativos imobilizados e intangíveis; d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social; e, e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.				NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR							
CIRCULANTE											
Imposto de Renda na Fonte	2022	2021									
Contribuição Social na Fonte	41	114									
Antecipação de IRPJ e CSLL (Nota 18)	547	728									
IP	313	867									
ICMS	11.480	12.107									
Cofins	1.470	385									
Processo ICMS na Base do PIS/Cofins (b)	17.200	42.114									
PIS	319	83									
Seguridade Social (a)	371	8.118									
Parcela Circulante	31.743	64.679									
NÃO CIRCULANTE											
COFINS a Recuperar Imobilizado	1	1									
ICMS a Recuperar	1	1									
Processo ICMS na Base do PIS/COFINS (b)	63.631	68.056									
Parcela Não Circulante	63.633	68.058									
NOTA 11 - INVESTIMENTO											
Propriedade para Investimento	2022	2021									
	20.250	196.502									
Total de Investimentos	20.250	196.502									
Em 31 de dezembro de 2018, foi realizada avaliação do valor de mercado do imóvel da Sertório, 905 em Porto Alegre/RS, tendo apurado valor justo de mercado de R\$ 4.681,41/m² referente a uma área construída de 28.680,90 metros quadrados; Nova Santa Rita - RS, apurado valor justo médio de R\$ 659,50/m²; Av. Comendador Souza, 268 - SP, apurado valor justo de R\$ 14.970,00/m²; e Av. Itacoca, nº 1384 - RJ, apurado valor justo de R\$ 5.100,00/m².											
Saldo em 31/12/2020	252.112	(55.610)									
Baixas (a)											
Saldo em 31/12/2021	196.502	(177.264)									
Baixas (b)											
Valor Justo (c)											
Saldo em 31/12/2022	20.250	1.012									
(a) Em 31 de Outubro de 2021, foi realizado baixas dos imóveis matrículas nº 106.060, 176.639, 107.290 e 94.364, classificados em Propriedade para Investimentos R\$ 55.610, conforme contrato de Dação em pagamento para BRDE, liquidando financiamento BRDE R\$ 27.715, resultando em perdas de capital nas alienações destes ativos R\$ 27.895. Nesta operação registrado reversões dos valores justos - AAP e Reavaliações dos Imóveis contra Reservas de Lucros R\$ 13.666.											
(b) Em 2022 foram realizadas as baixas dos imóveis classificados em Propriedade para Investimentos, tendo como contrapartida liquidações de financiamentos. Banco Scania liquidação total, Habitasec e Bradesco liquidações parciais. Nesta operação registrando as reversões das Reavaliações dos Imóveis contra Reservas de Lucros R\$ 2.595.											
(c) Em 30 de novembro de 2022, foi registrado AVJ - Avaliação a Valor Justo para imóvel a Avenida Carlos Gomes nº 950 e nº 958, Porto Alegre RS.											
NOTA 12 - IMOBILIZADO											
	Terrenos	Imóveis Prédios	Máquinas e Equip.	Ferramentas	Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Comp. e Periféricos	Software	Imobiliz. Andam.	Total Imobilizado
	0%	4%	10%	20%	10%	10%	30% a 42%	20%	20%	0%	
Em 31/dezembro/2020											
Taxas anuais de depreciação											
Custo	3.171	115.836	51.904	1.794	2.513	12.532	7.208	19.609	3.131	389	218.087
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	-	(22.444)	(36.928)	(1.384)	(1.377)	(9.967)	(4.504)	(19.402)	(68)	-	(96.054)
Valor líquido contábil	3.171	93.392	14.976	430	1.136	2.565	2.704	207	3.063	389	122.033
Saldo Inicial	3.171	93.392	14.976	430	1.136	2.565	2.704	207	3.063	389	122.033
Adições	-	-	38	20	-	-	-	258	-	-	316
Baixas	-	(3)	(12.823)	(260)	(995)	(4.766)	(326)	(1.775)	-	-	(20.948)
Depreciação	-	(2.106)	(3.227)	(132)	(216)	(752)	-	(50)	(1.276)	-	(7.759)
Baixas da Depreciação	-	-	12.573	227	749	4.330	137	1.775	-	-	19.791
Saldo Final	3.171	91.283	11.537	285	674	1.377	2.515	415	1.787	389	113.433
Em 31/dezembro/2021											
Custo	3.171	115.833	39.119	1.554	1.518	7.766	6.882	18.092	3.131	389	197.455
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	-	(24.550)	(27.582)	(1.269)	(844)	(6.389)	(4.367)	(17.677)	(1.344)	-	(84.022)
Valor líquido contábil	3.171	91.283	11.537	285	674	1.377	2.515	415	1.787	389	113.433
Saldo Inicial	3.171	91.283	11.537	285	674	1.377	2.515	415	1.787	389	113.433
Adições	-	-	74	8	34	18	-	24	-	19	177
Baixas	(6)	(15)	(1.349)	-	(4)	(1.040)	(46)	(7.697)	-	-	(10.157)
Depreciação	-	(2.107)	(2.792)	(117)	(155)	(586)	-	(93)	(1.787)	-	(7.637)
Baixas da Depreciação	-	-	1.270	4	1.023	12	7.688	-	-	-	10.004
Saldo Final	3.165	89.168	8.740	176	553	792	2.481	337	-	408	105.820
Em 31/dezembro/2022											
Custo	3.165	115.818	39.144	1.562	1.548	6.744	6.836	10.419	3.131	408	187.475
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	-	(26.650)	(29.104)	(1.386)	(995)	(5.952)	(4.355)	(10.082)	(3.131)	-	(81.655)
Valor líquido contábil	3.165	89.168	8.740	176	553	792	2.481	337	-	408	105.820
NOTA 13 - INTANGÍVEL											
	Direito de uso	Marcas Patentes	Software Sist. Aplic.	Implantação Sist. e Proc.	Desenv. e Protótipos	Intangível Andam.	Total Intangível				
	20%	-	20%	7%	-	-	-				
Taxas Anuais de Amortização											
Em 31 de dezembro de 2020											
Custo	531	5	50.060	10.436	-	-	61.032				
Amort. Acum. e <i>Impairment</i>	(500)	-	(31.144)	(4.797)	-	-	(36.441)				
Valor líquido contábil	31	5	18.916	5.639	-	-	24.591				
Saldo Inicial	31	5	18.916	5.639	-	-	24.591				
Amortização	-	-	(2.911)	(879)	-	-	(3.790)				
Saldo Final	31	5	16.005	4.760	-	-	20.801				
Em 31 de dezembro de 2021											
Custo	531	5	50.060	10.436	-	-	61.032				
Amort. Acum. e <i>Impairment</i>	(500)	-	(34.055)	(5.678)	-	-	(40.231)				
Valor líquido contábil	31	5	16.005	4.760	-	-	20.801				
Saldo Inicial	31	5	16.005	4.760	-	-	20.801				
Amortização	-	-	(217)	-	-	-	(217)				
Saldo Final	31	5	15.788	4.760	-	-	20.584				
Em 31 de dezembro de 2022											
Custo	531	5	50.060	10.436	-	-	61.032				
Amort. Acum. e <i>Impairment</i>	(500)	-	(34.272)	(5.678)	-	-	(40.448)				
Valor líquido contábil	31	5	15.788	4.760	-	-	20.584				
Os ativos classificados como intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos ao teste de recuperabilidade anual, não tendo sido identificadas perdas por <i>impairment</i> . O montante de R\$ 70 no exercício (R\$ 608 no exercício de 2021) referente à amortização do intangível foi debitado ao resultado na rubrica de "custos de produção", o montante de R\$ 10 no exercício (R\$ 1.074 no exercício de 2021) como "despesas comerciais" e o montante de R\$ 137 no exercício (R\$ 2.108 no exercício de 2021) como "despesas administrativas".											
NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)											
A Companhia analisa a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, observando as seguintes indicações: Fontes externas de informação: (a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo. Fontes internas de informação: (d) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; (e) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida; e (f) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Considerando estes fatores externos e internos, a administração não constatou indicação de perda.											
NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS											
Circulante	Data Final dos Contratos		2022	2021							
Capital de Giro			116.928	91.267							
Financiamentos			78.661	89.122							
Instituições Financ. Habilitadas na RJ			3.795	2.777							
Arrendamentos Financeiros			26.364	157							
Empréstimo			225.905	203.529							
Não Circulante											
Capital de Giro	Dez/2025	32.857	129.310								
Financiamentos	Em Negociação	5.891	5.891								
Arrendamentos Financeiros	Dez/2023	72	229								
Instituições Financeiras habilitadas na RJ	Jan/2033	159.368	131.049								
Instituições Financ. não habilitadas na RJ	Em Negociação	9.526	88.787								
		201.823	355.266								
		427.728	558.795								
Total de Empréstimos e Financiamentos											
Custo médio dos empréstimos, financiamentos e Plano Recuperação RJ.											
Operações	Modalidade	Encargos Anuais									
Finame Componente	Financiamento	Pré Fixada 3,80% a.a a 7,00% a.a.									
Finame Componente	Financiamento	SELIC + 3,80% a.a a 5,46% a.a.									
Finame PSI	Financiamento	Pré Fixada 4,50% a.a a 16,89% a.a.									
Financ. Exportação (ACC)	Financiamento	Pré Fixada 5,30% a.a a 6,00% a.a.									
Financ. Exportação (ACC)	Financiamento	CDI + 9,00% a.a.									
Capital de Giro	Capital de Giro	CDI + 4,00% a.a.									
Capital de Giro NCE	Capital de Giro	CDI + 5,00% a.a.									
RJ Classe I	-	IPCA + E									
RJ Classe II	-	TR + 2% a.a.									
RJ Classe III	-	TR + 2% a.a.									
RJ Classe IV	-	TR + 2% a.a.									
RJ Classe Robin Hood	-	TR + 2% a.a.									
RJ Fornecedor Incentivador	-	100% CDI									
RJ Fornecedor Incentivador	-	TR + 4% a.a.									
Extra Concursal	-	100% CDI									
Extra Concursal	CG Novo FGI-Pré	1,20% a.m									
Extra Concursal											

»»» Continuação **STEMAC S/A GRUPOS GERADORES** NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 17 - RECEITAS DIFERIDAS						
Refere-se ao faturamento efetulado, conforme previsto nas ordens de venda, porém os bens não foram transferidos aos compradores. Em 31 de dezembro de 2022 R\$ 6.952 mil (R\$ 8.099 mil em 2021) serão reconhecidos no resultado do exercício a medida em que os bens forem entregues, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.						
NOTA 18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Ativo	2022	2021				
IRPJ Estimativa a Compensar.....	120	371				
CSLL Estimativa a Compensar.....	427	357				
Total Ativo Circulante (Nota 10)	547	728				
Ativo	2022	2021				
Impostos Diferidos.....	18.629	33.894				
Total Ativo Não Circulante	18.629	33.894				
Passivo	2022	2021				
Impostos Diferidos.....	4.079	20.077				
Total Passivo Não Circulante	4.079	20.077				
Movimentação no Resultado	2022	2021				
Tributo Diferido Alienação de Imobilizado.....	-	11.080				
Tributo Diferido Provisão Juros Empréstimos.....	-	3.132				
Impostos Diferidos (diferenças temporárias).....	733	16.860				
Total Resultado	733	31.072				
18.1 - Impostos Diferidos: O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, sobre a Base Negativa de Contribuição Social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. A composição de ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:						
	2022		2021			
Ativo Não Circulante	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Dif. Temporárias.....	-	-	-	16.595	5.974	22.569
Provisão Dev. Duvidosos.....	1.008	363	1.371	888	319	1.207
Depreciação (3.204).....	(1.153)	(4.357)	(13.577)	(4.888)	(18.465)	(18.465)
Provisão Fiscais Prev. Trab.	14.768	5.316	20.084	3.196	1.152	4.348
Provisão Comissões.....	52	19	71	(5)	(2)	(7)
Prov. IOF Aplicações Financeiras.....	-	-	-	2	1	3
Ganho/Perda Imobilizado.....	-	-	-	17.923	6.452	24.375
Provisão Juros Empréstimos.....	-	-	-	(16)	(6)	(22)
Provisão Garantia CPC 48.....	271	98	369	(255)	(92)	(347)
Provisão Perdas CPC 47.....	24	9	33	(61)	(22)	(83)
(-) Rev. Prov. P. Abs.	254	91	345	314	112	426
Provisão Outras Perdas.....	-	-	-	336	123	459
Provisão para Dev.....	486	175	661	(493)	(178)	(671)
Provisão Custos a Realizar.....	75	27	102	75	27	102
Juros Leasing Contra prestação.....	(37)	(13)	(50)	-	-	-
Total Ativo Não Circulante	13.697	4.932	18.629	24.922	8.972	33.894
	2022		2021			
Passivo Não Circulante	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Valor Justo Imóveis.....	2.999	1.080	4.079	14.762	5.315	20.077
Total Passivo Não Circulante	2.999	1.080	4.079	14.762	5.315	20.077

Em 2021 ocorreu venda de parte dos imobilizados obsoletos na unidade de Porto Alegre bem como a dação em pagamento de propriedades para investimento mencionada na nota 11 que tiveram impacto direto nos impostos diferidos. Devido aos resultados negativos dos anos anteriores, a Companhia não contabilizou o Imposto Diferido sobre o prejuízo fiscal no ano de 2022.

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia mantém provisões para contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos internos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.452	49.028	1.597	53.077
Constituída durante o período.....	2.452	48.447	3.484	54.383
Reversão de provisões.....	(2.452)	(49.028)	(1.597)	(53.077)
Em 31 de dezembro de 2021	2.452	48.447	3.484	54.383
Depósitos Judiciais Relacionados.....	1.828	2.323	1.051	5.202
Em 31 de dezembro de 2021	1.828	2.323	1.051	5.202
Constituída durante o período.....	4.970	51.044	3.063	59.077
Reversão de provisões.....	(2.452)	(48.447)	(3.484)	(54.383)
Em 31 de dezembro de 2022	4.970	51.044	3.063	59.077
Depósitos Judiciais Relacionados.....	3.596	2.024	1.779	7.399
Em 31 de dezembro de 2022	3.596	2.024	1.779	7.399
Efeito Líquido	1.374	49.020	1.284	51.678

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

20.1. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: As transações comerciais realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados. Nos mútuos entre as empresas, os contratos prevêm em taxas de juros similares ao custo de captação de recursos junto ao mercado financeiro.

Fornecedores Partes Relacionadas

	2022	2021
Stemac Energia S.A.....	2.382	2.382
StepieUlb S.A.....	7	7
Total (Nota 16)	2.389	2.389

Partes Relacionadas Mútuos Passivos

	2022	2021
Stemac Energia S.A.....	19.036	21.149
Stemac Energia S.A.....	-	1.645
Uni Energia Ltda.....	-	1.645
Total	19.036	22.794

Clientes Partes Relacionadas

	2022	2021
Stemac S.A. Participações.....	80	80
Stemac Energia S.A.....	7.949	7.623
Stemac Energia S.A.....	47	47
Stemac S.A. Participações.....	18.004	19.551
Total (Nota 08)	26.080	27.301

20.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO: Conforme estabelecido foi atribuída à remuneração dos diretores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	2022	2021
Remuneração Diretoria.....	3.000	3.000
Total	3.000	3.000

identificando como possível a sua perda, com base nesta reclassificação a Companhia incluiu este processo na consolidação do parcelamento junto a Receita Federal conforme Lei nº 12.865 de 09/10/2013. **21.2. PARCELAMENTO PRT E PERT:** Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Medida Provisória nº 766/17 e Medida Provisória nº 783/17, a Companhia optou pelo parcelamento dos débitos tributários no Programa de Regularização Tributária - PRT em 30 de maio de 2017, e pelo Programa Especial de Regularização Tributária - PERT em 28 de setembro de 2017, incluindo débitos ainda não parcelados, e migrando saldos do Parcelamento da Lei nº 11.941/09. **21.3. PARCELAMENTO SIMPLIFICADO PE- PAR:** Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei 10.522, de 19 de julho de 2002, a companhia optou pelo parcelamento dos débitos tributários relativos a INSS e Demais Débitos, os débitos incluídos não foram objetos de parcelamentos anteriores e foram firmados em 60 prestações mensais. Os parcelamentos simplificados foram aderidos no decorrer dos anos de 2017, 2018 e 2019. **21.4. PARCELAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL:** Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei 10.522, de 19 de julho de 2002 e portaria PGFN 2.382/2021, a companhia optou pelo parcelamento da recuperação judicial para débitos previdenciários, em 60 prestações junto a PGFN em 20/04/2021. Aderiu também ao parcelamento da RJ junto a RFB, incluindo neste, débitos previdenciários e demais débitos em 60 prestações e débitos de Previdenciários (terceiros) e impostos retidos em 24 prestações, com adesão firmada em 21/05/2021.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social integralizado é formado de 8.000.000 de ações, sendo 4.000.000 em ações ordinárias e 4.000.000 em ações preferenciais, todas nominativas com valor nominal de R\$ 23,75 cada uma, subscrito e integralizado inteiramente por sócios domiciliados no País fazendo o montante de R\$ 190.000 (cento e noventa mil reais). As ações preferenciais possuem as vantagens asseguradas no Estatuto Social. **a.1)** Em conformidade ao artigo 195, A, da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos. **b) Proposta de Distribuição do Resultado:** A política de distribuição de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida no artigo 21 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, excluído a parcela de lucro incentivado em conformidade ao art. 195-A da Lei nº 6.404/76. **b.1)** Não foram apurados dividendos nos exercícios de 2021 e 2022.

NOTA 23 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	2022	2021
Resultado do exerc. atribuído aos acionistas da companhia	-	-
Variável disponível aos acionistas preferenciais.....	(41.829)	(46.492)
Resultado disponível aos acionistas ordinários.....	(41.829)	(46.492)
Total	(83.658)	(92.983)

Denominador (em milhares de ações)

	2022	2021
Quantidade de ações preferenciais emitidas.....	4.000	4.000
Quantidade de ações ordinárias emitidas.....	4.000	4.000
Total	8.000	8.000

Resultado básico e diluído por ação (em Reais)

	2022	2021
Ação preferencial.....	(10,46)	(11,62)
Ação ordinária.....	(10,46)	(11,62)

NOTA 24 - RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é a seguinte:

	2022	2021
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços.....	307.772	251.142
Impostos e devoluções de vendas.....	(46.705)	(50.824)
Receita Líquida	261.067	200.318

NOTA 25 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Despesas Financeiras	2022	2021
IOF.....	(179)	(85)
Despesas bancárias.....	(595)	(734)
Juros pagos.....	(10.466)	(8.295)
Juros sobre empréstimos e financiamentos.....	(40.448)	(25.594)
Variável cambial passiva.....	-	(2.303)
Provisão juros.....	(2.996)	(9.213)
Descontos concedidos.....	(1.159)	(768)
Juros operações de leasing.....	(8)	(3)
Juros recuperação judicial.....	(11.462)	(8.914)
Total das Despesas Financeiras	(67.313)	(55.909)
Receitas Financeiras	2022	2021
Juros recebidos.....	585	1.518
Descontos obtidos.....	2.988	29
Variável cambial ativa.....	348	-
Agio/Deságio a recuperar (Nota 2.3).....	46.092	(2.191)
Crédito processos - Selic (Nota 03).....	5.576	2.424
Rev. Prov. JRS. Emp/Fin.....	3.051	-
Total das Receitas Financeiras	58.640	1.780
Resultado Financeiro Líquido	(8.673)	(54.129)

NOTA 26 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Recuperação de despesa.....	3.962	171
Seguros Recebidos.....	185	-
Outras receitas operacionais.....	837	211
Perdas por obsolescência (Nota 26.1).....	(1.058)	(2.680)
Indenizações.....	8	193
Subvenções governamentais (Nota 26.2).....	22.003	15.054
Ganho - AVJ.....	1.012	-
Aluguéis recebidos.....	174	132
Ganho/Perda venda ativo.....	5.878	(28.424)
Outras Despesas Operacionais Indedutíveis.....	(150)	-
Outras Despesas Operacionais.....	(163)	-
Perda Baixa de Investimentos (Nota 11).....	(77.556)	-
Total	(44.868)	(15.343)

26.1. Perdas por Obsolescência: Em 2015 a Companhia iniciou o desenvolvimento da linha "New Global Line" com leiaute interno, insumos e tecnologia diferenciados, permitindo a redução dos custos de produção. A produção da linha "2012" permaneceu até o início de 2017. Em 2016 lançou nova linha de grupos geradores para uso residencial e comercial de pequeno porte, cuja tecnologia foi uma evolução da linha "New Global Line". A Companhia mantém política de manutenção de peças de reposição para todas as linhas de grupos geradores produzidos, havendo a necessidade de estocagem de um grande volume de peças de reposição que somente tinham utilidade para a manutenção de grupos geradores antigos, sendo totalmente obsoletas para o mercado. Devido ao baixo giro de estoque dessas peças e o alto custo de armazenagem, a Companhia limitou as peças de reposição para atendimento da assistência técnica ao prazo médio de vida útil dos grupos geradores. Nos exercícios de 2022, 2021, 2020, 2019, 2018 e 2017 a Companhia reconheceu perdas por obsolescência dos estoques, em função de mudança na linha de produtos, que afetou os consumos de matérias primas que estavam nos estoques, e o mercado de peças de reposição em função das novas linhas de produtos.

26.2. Subvenções Governamentais: A Companhia utiliza a subvenção governamental sobre as vendas de Grupos Geradores e seus componentes. Seu valor

correspondente está sendo investido na construção de nova planta fabril, aumento de capital e absorção de prejuízos. O valor apurado no período está reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais. Nas Reservas de Lucros está lançado em conta específica a Reserva de Subvenção para Investimentos, na qual não fará parte da base de cálculo para distribuição de dividendos. Em conformidade ao artigo 195, A, da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, sendo utilizado integralmente para aumento do capital e absorção do prejuízo.

Reserva de Subvenções Governamentais

	2022	2021
Subvenção Governamental 2011.....	9.299	45.051
Subvenção Governamental 2012.....	58.080	41.178
Subvenção Governamental 2013.....	64.157	-
Subvenção Governamental 2014.....	51.874	-
Subvenção Governamental 2015.....	70.107	-
Subvenção Governamental 2016.....	25.961	-
Subvenção Governamental 2017.....	16.800	-
Subvenção Governamental 2018.....	16.453	-
Subvenção Governamental 2019.....	13.468	-
Subvenção Governamental 2020.....	12.197	-
Subvenção Governamental 2021.....	15.054	-
Subvenção Governamental 2022.....	22.003	-
Total Subvenção Governamental	428.453	288.453

O saldo de R\$ 288.453 será destinado para Reservas de Subvenções Governamentais quando houver resultados futuros. (a) Valores utilizados para absorção de prejuízo serão devolvidos para a Reserva de Subvenção Governamental, quando ocorrerem resultados futuros.

NOTA 27 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia estão segurados conforme discriminado a seguir:

Tipo de seguro	Cobertura	Seguradora	Vencimento
Seguro veículos leves	Cobertura de 07 veículos - Compreensiva total, DM R\$ 100 mil, DC 200 mil, DMO R\$ 50 mil APP R\$ 20 mil.	Gente Seguradora	31/12/2023
Compreensivo Patrimonial	Incêndio, queda de raio, explosão, alagamento, inundação, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis e vendaval R\$ 80 Milhões.	AIG Seguros	15/02/2024
Responsabilidade Civil	RC estabelecimento comercial, empregado, prestação serviços local de terceiro, obras civis, produtos, e danos morais R\$ 15 milhões.	AIG Seguros	03/03/2024
Riscos Nomeados Usinas	Cobertura para os equipamentos das Usinas de venda de Energia (Cobertura básica + Roubo+DanoElétrico) VR: R\$ 16.760 milhões - LMI R\$ 5 milhões.	Potential Seguros	24/08/2023
Seguro de Vida em Grupo	Cobertura básica - Morte por qualquer natureza 20 vezes o salário.	Met Life	Indeterminado
Responsabilidade Civil Profissional	Garante o pagamento do prejuízo financeiro decorrentes de reclamações de terceiros por danos causados durante a prestação de serviços profissionais pelos quais o segurado seja responsabilizado civilmente até o valor de R\$ 10 milhões.	Berkley Seguros	20/05/2023
Transportes Exportação	Cobre danos causados na carga em trânsito, na operação de carga e descarga e roubo em operação de importação de materiais. EURO 500 mil.	Argo	Indeterminado

A Administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

NOTA 28 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

Conforme CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, por se tratar de valores irrelevantes nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores de curto prazo não houve ajustes a valor presente no resultado da Companhia.

NOTA 29 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica Lajida (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização).

	2022	2021
Prejuízo Líquido do Exercício	(83.658)	(92.983)
(+) IR, CSLL e Participações Estatutárias.....	(733)	(31.072)
(+) Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas.....	8.673	54.129
(+) Depreciações e Amortizações.....	7.854	11.549
Ebitda	(67.864)	(58.377)
Margem Ebitda	(26,0%)	(29,1%)

NOTA 30 - EVENTOS SUBSEQUENTES - Adesão Parcelamento Individual PERSE

Em 2022 a Companhia iniciou as tratativas de negociação afim de adesão de novo parcelamento, com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020, e nas Portarias PGFN n. 6757/2022, e Portaria PGFN nº 7.917/2021 a Companhia irá através de um acordo individual migrar o Parcelamento especial para empresas em recuperação judicial para o parcelamento PERSE. Os débitos objeto desta transação são provenientes do parcelamento aderido em abril de 2021 onde no momento da adesão estão com os saldos de débitos previdenciários no valor de R\$ 19.649 e demais débitos no valor de R\$ 396. Esta nova modalidade de parcelamento traz a redução dos encargos e permite a utilização de prejuízo fiscal do IRPJ e base negativa da CSLL no montante de 70% da dívida. Em janeiro de 2023 este novo parcelamento foi assinado.

	Débitos Previdenciários	Demais Débitos
Prejuízo Fiscal IRPJ	17.182	24.322
Base de Cálculo	4.295	460
Diferimento Utilizado	2.189	Diferimento Utilizado

Cálculo de Parcelamento

	Previdenciário 60 parcelas	Demais Débitos 120 parcelas
Montante parcelado	19.649	396
Desconto	(7.270)	(166)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=qX0uelvcJvCUUgWC8Rw2Otiqkt3ve7CLyXhqDH26lmJ2%2BraLIHh0JJFbD5FNQo1A>



Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

<https://verificador.iti.gov.br>

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil)

Certificado(s)

Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5
Data da assinatura: 20/04/2023 07:16:23

